

Acuado, ministro minimiza favor de Bolsonaro a pastores



O ministro Milton Ribeiro (Educação) em cerimônia de hasteamento da bandeira. Pedro Ladeira - 17.mar.22/Folhapress

# Ministro fica sob pressão e tenta minimizar pedido de Bolsonaro sobre pastores

Oposição no Congresso Nacional, centrão e até bancada evangélica questionam Milton Ribeiro, que busca isentar presidente após áudio

BRASÍLIA E SÃO PAULO — A pressão sobre o ministro da Educação, Milton Ribeiro, atingiu grau crítico nesta terça (22) após a revelação pela Folha do áudio em que ele afirma priorizar, a pedido de Jair Bolsonaro (PL), a liberação de verbas para prefeituras negociadas por dois pastores sem cargos oficiais no governo federal.

Enquanto Ribeiro cancelou sua agenda em São Paulo e divulgou nota para minimizar a atuação do presidente no caso, integrantes da oposição acionaram órgãos de fiscalização, pediram a convocação do ministro e a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O ministro da Educação é evangélico e pastor, mas até mesmo integrantes da bancada evangélica no Congresso cobraram explicações, e alguns deles cogitavam a substituição de Ribeiro do posto de comando na pasta.

A Folha revelou na segunda (21) áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Os dois religiosos têm negociação com municípios a liberação de recursos federais para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos de tecnologia. Os valores são provenientes do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão controlado por políticos do centrão.

No áudio, gravado durante uma reunião no MEC, Ribeiro falava sobre o orçamento da pasta, cortes de recursos da educação e a liberação de dinheiro para essas obras na presença de prefeitos, líderes do FNDE e dos dois religiosos.

"Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar", diz o ministro.

A atuação dos pastores no ministério foi revelada na semana passada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

No Senado e na Câmara, parlamentares críticos ao governo Bolsonaro afirmam que vão tentar aprovar a convocação do ministro da Educação nos próximos dias.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado do governo, falou do episódio quando chegava ao Congresso nesta terça-feira. Ele disse ter sido informado "que uma conversa tinha sido gravada, quando o ministro falava da participação de dois líderes religiosos e com relação à construção de igrejas".

Questionado sobre a avaliação que faz da gestão de Ribeiro, ele disse que quem tem que analisar a atuação do ministro é o presidente. afirmou que ainda não havia ouvido o áudio, mas que, sendo verdadeiro, o titular do MEC extrapolou de suas funções.

"Tenho aqui bancadas muito fortes, que sempre cobram posicionamento dos ministros com relação a assuntos que são pertinentes a sua pasta. Esse assunto eu penso que extrapola, se for o áudio como é, extrapola um pouco a atividade do ministro e da pasta vamos esperar para ver o que acontece", disse Lira.

Ainda na Câmara, a banca da educação protocolou um pedido para instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar possíveis "crimes comuns, crimes de responsabilidade e atos de improbidade administrativa na liberação de verbas".

Integrante da bancada e com atuação na área, Tabata Amaral (PSB-SP) afirmou nas redes sociais que a pasta abriga corrupção, improbidade e tráfico de influências.

"O MEC mais incompetente da história é também antro de corrupção, improbidade administrativa e tráfico de influências. São escandalosos os áudios em que o próprio ministro mostra que o objetivo dele nunca foi a educação. Vamos cobrar providências do PGR. Mais um ministro vai cair!", disse.

A parlamentar, o também

“

O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem

Milton Ribeiro ministro da Educação, em nota

deputado Felipe Rígoni (União Brasil-ES), o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) e o secretário municipal de Educação do Rio, Renan Ferreirinha, entraram com representação na PGR por improbidade administrativa contra o ministro.

A bancada do PSOL na Câmara também atacou a fala de Ribeiro no áudio e protocolou representação no Tribunal de Contas da União contra o ministro da Educação, Jair Bolsonaro e os dois pastores.

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou que já pautou para a sessão de quinta (24) a votação do requerimento de convocação do ministro.

O senador criticou duramente o conteúdo do áudio. "Se isso não for tráfico de influência, eu acho que não existe tráfico de influência", disse.

Como mostrou a colunista Mônica Bergamo, da Folha, logo após a divulgação do áudio, líderes evangélicos começaram a debater uma possível saída de Ribeiro enquanto aguardavam explicações do ministro.

Dizendo-se indignados por mal conhecerem os pastores, alguns líderes do segmento religioso que defendem o governo Bolsonaro já programam até a troca de comando no MEC. Mas afirmavam querer dar um tempo para que Ribeiro apresentasse seus argumentos.

O presidente da bancada evangélica, Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), que é pró-Bolsonaro, já enviou o recado diretamente a Ribeiro. Parlamentares pediam que ele convocasse uma entrevista coletiva para esclarecer os fatos.

Isso chegou a ser debatido internamente pela equipe do ministro, mas foi descartado.

Ribeiro, no meio da tarde, se manifestou em uma nota divulgada por sua assessoria de imprensa. Ele negou ter determinado alocação de recursos para favorecer qualquer município e tentou minimizar a atuação de Bolsonaro no caso.



Continuação da pág. A4

No áudio, o ministro da Educação relata ter partido do presidente o pedido para privilegiar repasses a municípios indicados pelos dois pastores.

"O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", diz a nota do ministro.

Segundo Ribeiro, a alocação de recursos segue a legislação e os critérios técnicos do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação). "Não há nenhuma possibilidade de o ministro determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado", completa a nota.

A nota publicada pelo ministro foi elogiada por aliados do presidente, embora tenha havido a avaliação que ele demora para dar esclarecimentos. Um integrante do Palácio do Planalto relatou à Folha que Bolsonaro defendeu que Ribeiro esclareça as denúncias, mas descartou demissão.

Nesse cenário, integrantes da ala ideológica do governo minimizaram os pedidos para demissão de Ribeiro e arrelvaram ao centrão as investidas contra o ministro como tentativas de empaclear um nome próprio no MEC.

O segmento evangélico é uma das bases de apoio político de Bolsonaro, que, atendendo ao pleito de líderes religiosos, indicou ao STF (Supremo Tribunal Federal) o ministro André Mendonça, que ele chamou de "terrivelmente evangélico". Daniel Brant, Mônica Bergamo, Marianna Holanda e Renato Machado

### Assessor é demitido após revelação sobre pastores na Educação

BRASÍLIA O ministro da Educação, Milton Ribeiro, exonerou um assessor especial que fortalecia o elo entre o MEC (Ministério da Educação) e os pastores que, mesmo sem cargo no governo, atuam na negociação de verbas federais.

A Folha revelou nesta segunda (21) áudio em que o ministro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados por dois pastores. Gilmar Santos e Arilton Moura.

Ele diz ainda que isso atende a uma solicitação do presidente Jair Bolsonaro (PL) e menciona pedidos de apoio que seriam direcionados para construção de igrejas.

O assessor especial do gabi-

nete do MEC Odimar Barreto dos Santos teve sua exoneração publicada na sexta (18). O desligamento ocorreu em edição extra do Diário Oficial da União, no mesmo dia em que as primeiras informações sobre a atuação de pastores vieram à tona em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

Odimar Barreto também é pastor, além de major da reserva da Polícia Militar de São Paulo. O agora ex-assessor é uma das pessoas de maior confiança do ministro, também ligado como pastor à Igreja Presbiteriana Jardim de Oração, de Santos, liderada por Milton Ribeiro.

Além de se envolver pessoalmente na interlocução com os pastores, o ministro Milton Ribeiro manteve Odimar Barreto nas negociações. Ele transitava no hotel Grand Bittar, em Brasília, onde os pastores Gilmar e Arilton costumavam participar de encontros com prefeitos interessados em liberações de recursos federais para obras de creches, escolas e compra de materiais.

Os recursos são do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão ligado ao MEC controlado por políticos do centrão. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

Prefeitos e assessores relataram à Folha que Odimar Barreto distribuía cartões com logotipo do MEC com contatos pessoais de telefone e e-mail —ao qual a reportagem teve acesso. Aliados do governo davam como certo que Odimar se candidataria nas eleições.

O MEC não respondeu sobre o motivo da exoneração, sobre a atuação dos pastores e sobre o áudio do ministro. Odimar Barreto foi procurado, mas não se manifestou. PS

### Presidente fala em governo de Deus e sem corrupção

Jair Bolsonaro (PL) fez menções a Deus nesta terça (22) e disse que o governo dele não tem corrupção. O discurso ocorreu no Tocantins em meio à revelação de um áudio em que o ministro da Educação afirma que prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados por dois pastores. "Quero dizer da satisfação e do orgulho, da missão dada por Deus, de estar à frente do Executivo Federal, buscando atender a todos os brasileiros, zelando pelo dinheiro público. Estamos há três anos e três meses sem corrupção no governo federal", afirmou Bolsonaro.

# MEC vira balcão político com obras sem critérios técnicos

Fundo tem explosão de burlas a sistema e priorização de pagamentos a aliados

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Com Milton Ribeiro no comando e políticos do centrão controlando a transferência de recursos, o MEC (Ministério da Educação) virou uma espécie de balcão político. Dados oficiais da pasta mostram uma explosão de aprovações de obras, ausência de critérios técnicos, burla no sistema e priorização de pagamentos a aliados.

A Folha revelou nesta segunda (21) áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Mas nem só os pastores eram priorizados. Viou regra no FNDE, sobretudo na gestão Milton Ribeiro, a priorização de políticos do centrão no acesso ao dinheiro público direcionado à educação.

Para atender a todos os pedidos, o FNDE passou a fraquejar empenhos (que reservam o dinheiro de obras) em pequenas quantias. Tanto as indicações dos pastores quanto as de políticos do centrão se valerem desse expediente.

Dessa forma, disparou o valor total autorizado, que se relaciona à previsão do custo total dos projetos. De 2017 a 2019, a média de valores aprovados por ano era de R\$ 82 milhões. Em 2020 foi para R\$ 229,4 milhões e, no ano passado, para R\$ 441 milhões.

Os valores referem-se a obras de creches, escolas, salas de aulas, compra de materiais de tecnologia e ônibus escolares. Os dados foram extraídos do Simec (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação) e do portal da Transparência.

Os empenhos cresceram em 2020, chegando a R\$ 66,8 milhões, e explodiram no ano passado, quando foram empenhados R\$ 285 milhões. Nada relacionado a esses empenhos foi pago neste ano.

Com tantos empenhos (foram 5.727 no ano passado), o governo atende a um maior número de demandas de prefeituras e políticos. Essa esteira, porém, é só uma reserva de recursos, não a liberação em si. Na prática, há risco de gerar uma montanha de projetos que nunca sairá do papel, sobretudo com uma realidade de cortes na educação.

Prefeitos consultados pela Folha dizem que no FNDE a mensagem é clara: o pagamento efetivo dos recursos de obras e transferências só ocorre se houver indicação de políticos próximos ao governo.

"Os dirigentes têm recebido orientações para indicarem um parlamentar, não havendo clareza com relação às regras para distribuição dos recursos", diz o presidente da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), Luiz Miguel Garcia. "Não há liberação técnica, e muitos municípios estão sem receber nada."

O FNDE é presidido por Marcelo Lopes da Ponte desde junho de 2020. Ele era assessor de Ciro Nogueira (PP-PI), atual ministro da Casa Civil e líder do centrão.

Milton Ribeiro assumiu o MEC em julho do mesmo ano. Ele é o terceiro ministro da Educação não respondeu à reportagem. O ministro da Educação divulgou nota na tarde de terça-feira (22) negando irregularidades na distribuição de recursos do MEC.

Nos dois últimos dias de 2021, o FNDE fez 820 empenhos. Como comparação, nos dias 30 e 31 de dezembro de 2020, também um ano pré-

eleitoral, foram liberados 228.

A maioria dos empenhos no apagar das luzes de 2021 está relacionada ao orçamento direto do FNDE. Mas 170 dos 820 vêm das emendas do relator do orçamento, em que não é identificado o parlamentar que fez a demanda.

A distribuição dos empenhos tem contornos de descontrolado. Das 20 cidades com mais obras empenhadas, 6 são do Amazonas. Pequenos municípios aparecem entre os

maiores beneficiados.

Autazes (AM), com 41 mil habitantes, teve empenhado em 2021 12 obras, somando R\$ 22 milhões. Em dez delas, o empenho foi de R\$ 30 mil —a forma usada pelo FNDE para pulverizar o atendimento a várias demandas. O mesmo número de obras empenhadas recebeu Normandia (AM), com 11 mil habitantes. Elas somam R\$ 13 milhões.

O Piauí, de Ciro Nogueira, recebeu empenhos em 55%

dos municípios (123 de 224). O Paraná, estado do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP), foi contemplado com 429 obras em 167 municípios (42% do total).

O Rio Grande do Norte, por exemplo, recebeu empenhos em 45 de seus 167 municípios. No Ceará, 56 dos 184 foram contemplados.

As liberações devem seguir as regras do PAR (Plano de Ações Articuladas), que prevê envio de informações relacionadas às demandas. Em novembro de 2019, na gestão do ex-presidente do FNDE Rodrigo Dias, o órgão publicou portaria que regula uma chamada autorização condicional.

Dias também fora indicado pelo centrão, mas foi demitido por Abraham Weintraub. Nesse formato, os empenhos passam a ser liberados sem o atender à burocracia, o que facilita a escolha política e sem critérios técnicos. As prefeituras têm um prazo para incluir a documentação após a autorização.

Um dos documentos exigidos é a planta do terreno onde a obra será realizada. O prefeito de Anajutuba (MA), Heliker Aragão (MDB), disse à Folha que o município nem sequer adquiriu os terrenos, embora tenha garantido seis empenhos para obras.

Ele esteve com o pastor Gilmar em 15 de abril no hotel Grand Bittar, local usado recentemente pelo grupo para negociar. Aragão nega ter negociado com os pastores.

A Folha ainda teve acesso a casos de burla do Simec. Em vez de a prefeitura gravar no sistema a planta do terreno, como exigido, um documento aleatório é incluído. Assim, o sistema interpreta que essa fase burocrática foi atendida.

Isso ocorreu com uma obra de creche no município de Santana do Maranhão (MA), orçada em R\$ 1,9 milhão. Trata-se de um empenho de 14 de setembro do ano passado.

O sistema lê que a planta de localização do terreno foi incluída. Mas, ao abrir o documento, aparece uma página com a inscrição "sem documentação por enquanto".

A prefeitura foi procurada, mas não respondeu.

Com a priorização de pedidos de políticos, o FNDE não tem respeitado a ordem de pagamentos de pedidos mais antigos, além de não levar em conta critérios técnicos.

Em Gualúbia (CE), por exemplo, a prefeitura aguarda pagamento de um empenho de R\$ 51 mil desde fevereiro de 2020. Trata-se de uma parcela de um projeto de construção de seis salas de aula.

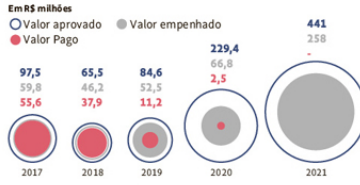
Por outro lado, o FNDE transferiu neste ano R\$ 7,4 milhões no programa de construção de creches, beneficiando 48 municípios. Todas as cidades contempladas são de Minas Gerais, revelando ausência de critério técnico.

Para a presidente do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, não há política educacional no governo. "Desde [Ricardo] Vélaz, passado por [Abraham] Weintraub e piorando com Milton Ribeiro, são gestões que desde o começo estão ligadas à reeleição do Bolsonaro, e a precupação é mais agrandar e comprar as bases do que fazer política educacional", diz.

Anna Helena Altenfelder, presidente do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), diz que a gestão tem sido marcada por equívocos e diversões. "Enquanto isso, índices de evasão e abandono vão crescendo, um retrocesso inacreditável", diz.

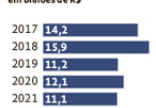
### FNDE vira balcão político

Distribuição de empenhos sem controle e critérios técnicos explodem em 2021



### Gastos FNDE\*

Excluindo FNDE e gasto pessoal, em bilhões de R\$



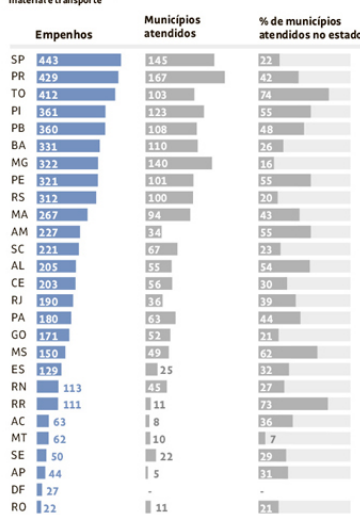
### FNDE concentrou autorizações nos últimos dias do ano

Empenhos nos dias 30 e 31 de dezembro

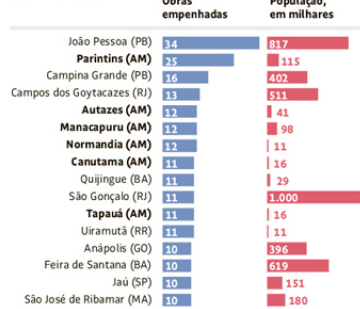


### Empenhos FNDE por estados

Em 2021, incluindo obras, material e transporte



Das cidades com maior número de obras, 6 são do Amazonas



\*Valores entre 2017 e 2020 atualizados pela inflação. Fonte: Simec, Portal da Transparência, Siop



# MEC vira balcão político com obras sem critérios técnicos

Fundo tem explosão de burlas a sistema e priorização de pagamentos a aliados

Paulo Saldaña

**BRASÍLIA** Com Milton Ribeiro no comando e políticos do centrão controlando a transferência de recursos, o MEC (Ministério da Educação) virou uma espécie de balcão político. Dados oficiais da pasta mostram uma explosão de aprovações de obras, ausência de critérios técnicos, burla no sistema e priorização de pagamentos a aliados.

A Folha revelou nesta segunda (21) áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Mas nem só os pastores eram priorizados. Virou regra no FNDE, sobretudo na gestão Milton Ribeiro, a priorização de políticos do centrão no acesso ao dinheiro público direcionado à educação.

Para atender a todos os pedidos, o FNDE passou a fazer emprêimos (que resavam o dinheiro de obras) em pequenas quantias. Tanto as indicações dos pastores quanto as de políticos do centrão se valeram desse expediente.

Dessa forma, disparou o valor total autorizado, que se relaciona à previsão do custo total dos projetos. De 2017 a 2019, a média de valores aprovados por ano era de R\$ 82 milhões. Em 2020 foi para R\$ 229,4 milhões e, no ano passado, para R\$ 441 milhões.

Os valores referem-se a obras de creches, escolas, salas de aulas, compra de materiais de tecnologia e ôni-bus escolares. Os dados foram extraídos do Simec (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação) e do portal da Transparência.

Os emprêimos cresceram em 2020, chegando a R\$ 66,8 milhões, e explodiram no ano passado, quando foram empenhados R\$ 285 milhões. Nada relacionado a esses emprêimos foi pago neste ano.

Com tantos emprêimos (foram 5,727 no ano passado), o governo atende a um maior número de demandas de prefeituras e políticos. Essa etapa, porém, é só uma reserva de recursos, não a liberação em si. Na prática, há o risco de gerar uma montanha de projetos que nunca sairá do papel, sobretudo com uma realidade de cortes na educação.

Prefeitos consultados pela Folha dizem que no FNDE a mensagem é clara: o pagamento efetivo dos recursos de obras e transferências só ocorre se houver indicação de políticos próximos ao governo.

“Os dirigentes têm recebido orientações para indicarem um parlamentar, não havendo clareza com relação às regras para distribuição dos recursos”, diz o presidente da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), Luiz Miguel Garcia. “Não há liberação técnica, e muitos municípios estão sem receber nada.”

O FNDE é presidido por Marcelo Lopes da Ponte desde junho de 2020. Ele era assessor de Ciro Nogueira (PP-PI), atual ministro da Casa Civil e líder do centrão.

Milton Ribeiro assumiu o MEC em julho do mesmo ano. Ele é o terceiro ministro da Educação de Bolsonaro.

O FNDE não respondeu à reportagem. O ministro da Educação divulgou nota na tarde de terça-feira (22) negando irregularidades na distribuição de recursos do MEC.

Nos dois últimos dias de 2021, o FNDE fez 820 emprêimos. Como comparação, nos dias 30 e 31 de dezembro de 2017, também um ano pré-

eleitoral, foram liberados 228.

A maioria dos emprêimos no apagar das luzes de 2021 está relacionada ao orçamento direto do FNDE. Mas 170 dos 820 vêm das emendas do relator do orçamento, em que não é identificado o parlamentar que fez a demanda.

A distribuição dos emprêimos tem contornos de descontrolado. Das 20 cidades com mais obras empenhadas, 6 são do Amazonas. Pequenos municípios aparecem entre os

maiores beneficiados.

Autazes (AM), com 41 mil habitantes, teve empenhado em 2021 12 obras, somando R\$ 22 milhões. Em dez delas, o empenho foi de R\$ 30 mil — a forma usada pelo FNDE para pulverizar o atendimento a várias demandas. O mesmo número de obras empenhadas recebeu Normandia (AM), com 11 mil habitantes. Elas somam R\$ 13 milhões.

O Piauí, de Ciro Nogueira, recebeu emprêimos em 55%

dos municípios (123 de 224). O Paraná, estado do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP), foi contemplado com 429 obras em 167 municípios (42% do total).

O Rio Grande do Norte, por exemplo, recebeu emprêimos em 45 de seus 167 municípios. No Ceará, 56 dos 184 foram contemplados.

As liberações devem seguir as regras do PAR (Plano de Ações Articuladas), que prevê envio de informações relacionadas às demandas. Em novembro de 2019, na gestão do ex-presidente do FNDE Rodrigo Dias, o órgão publicou portaria que regula uma chamada autorização condicional.

Dias também fora indicado pelo centrão, mas foi demitido por Abraham Weintraub.

Nesse formato, os emprêimos passam a ser liberados sem o atender à burocracia, o que facilita a escolha política e sem critérios técnicos. As prefeituras têm um prazo para incluir a documentação após a autorização.

Um dos documentos exigidos é a planta do terreno onde a obra será realizada. O prefeito de Anajatuba (MA), Helder Aragão (MDB), disse à Folha que o município nem sequer adquiriu os terrenos, embora tenha garantido seis emprêimos para obras.

Ele esteve com o pastor Gilmar em 15 de abril no hotel Grand Bittar, local usado recentemente pelo grupo para negociar. Aragão nega ter negociado com os pastores.

A Folha ainda teve acesso a casos de burla do Simec. Em vez de a prefeitura gravar no sistema a planta do terreno, como exigido, um documento aleatório é incluído. Assim, o sistema interpreta que essa fase burocrática foi atendida.

Isso ocorreu com uma obra de creche no município de Santana do Maranhão (MA), orçada em R\$ 1,9 milhão. Trata-se de um empenho de 14 de setembro do ano passado.

O sistema lê que a planta de localização do terreno foi incluída. Mas, ao abrir o documento, aparece uma página com a inscrição “sem documentação por enquanto”.

A prefeitura foi procurada, mas não respondeu.

Com a priorização de pedidos de políticos, o FNDE não tem respeitado a ordem de pagamentos de pedidos mais antigos, além de não levar em conta critérios técnicos.

Em Guaíba (CE), por exemplo, a prefeitura aguarda pagamento de um empenho de R\$ 51 mil desde fevereiro de 2020. Trata-se de uma parcela de um projeto de construção de seis salas de aula.

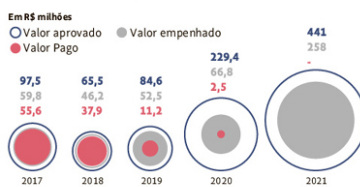
Por outro lado, o FNDE transferiu neste ano R\$ 7,4 milhões no programa de construção de creches, beneficiando 48 municípios. Todas as cidades contempladas são de Minas Gerais, revelando ausência de critério técnico.

Para a presidente do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, não há política educacional no governo. “Desde o [Ricardo] Véliz, passado por [Abraham] Weintraub e piorando com Milton Ribeiro, são gestões que desde o começo estão ligadas à reeleição do Bolsonaro, e a preocupação é mais agradar e comprar as bases do que fazer política educacional”, diz.

Anna Helena Altenfelder, presidente do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), diz que a gestão tem sido marcada por equívocos e diversionismo. “Enquanto isso, índices de evasão e abandono vão crescendo, um retrocesso inacreditável”, diz.

## FNDE vira balcão político

Distribuição de emprêimos sem controle e critérios técnicos explodiu em 2021



## Gastos FNDE\*

Excluindo Fundeb e gasto pessoal, material e transporte



FNDE concentrou autorizações nos últimos dias do ano



## Emprêimos FNDE por estados

Em 2021, incluindo obras, material e transporte

Estado	Emprêimos	Municípios atendidos	% de municípios atendidos no estado
SP	443	145	22
PR	429	167	42
TO	412	103	74
PI	361	123	55
PB	360	108	48
BA	331	110	26
MG	322	140	18
PE	321	101	55
RS	312	100	20
MA	267	94	43
AM	227	34	55
SC	221	67	23
AL	205	55	54
CE	203	56	30
RJ	190	36	39
PA	180	63	44
GO	171	52	21
MS	150	49	62
ES	129	25	32
RN	113	45	27
RR	111	11	73
AC	63	8	36
MT	62	10	7
SE	50	22	29
AP	44	5	31
DF	27	-	-
RO	22	11	21

Das cidades com maior número de obras, 6 são do Amazonas

Cidade	Obras empenhadas	População, em milhares
João Pessoa (PB)	34	817
Parintins (AM)	25	115
Campina Grande (PB)	16	402
Campos dos Goytacazes (RJ)	13	511
Autazes (AM)	12	41
Manacapuru (AM)	12	98
Normandia (AM)	12	11
Canutama (AM)	11	16
Quijingue (BA)	11	29
São Gonçalo (RJ)	11	1.000
Tapauá (AM)	11	16
Uiramutã (RR)	11	11
Anápolis (GO)	10	396
Feira de Santana (BA)	10	619
Jau (SP)	10	151
São José de Ribamar (MA)	10	180

\*Valores entre 2017 e 2020 atualizados pela inflação. Fonte: Simec, Portal da Transparência, Siop

Continuação da pág. A4

No áudio, o ministro da Educação relata ter partido do presidente e pedido para privilegiar repasses a municípios indicados pelos dois pastores.

“O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem”, diz a nota do ministro.

Segundo Ribeiro, a alocação de recursos segue a legislação e os critérios técnicos do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação). “Não há nenhuma possibilidade de o ministro determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado”, completa a nota.

A nota publicada pelo ministro foi elogiada por aliados do presidente, embora tenha havido a avaliação que ele demorou para esclarecimentos. Um integrante do Palácio do Planalto relatou à Folha que Bolsonaro defendeu que Ribeiro esclareça as denúncias, mas descartou demissão.

Nesse cenário, integrantes da ala ideológica do governo minimizaram os pedidos para demissão de Ribeiro e atrelaram ao centrão as investidas contra o ministro como tentativas de empacarem um nome próprio no MEC.

O segmento evangélico é uma das bases de apoio político de Bolsonaro, que, atendendo ao pleito de líderes religiosos, indicou ao STF (Supremo Tribunal Federal) o ministro André Mendonça, que ele chamou de “terrivelmente evangélico”.

**Danielle Brant, Mônica Bergamo, Mariana Holanda e Renato Machado**

## Assessor é demitido após revelação sobre pastores na Educação

**BRASÍLIA** O ministro da Educação, Milton Ribeiro, exonerou um assessor especial que fortalecia o elo entre o MEC (Ministério da Educação) e os pastores que, mesmo sem cargo no governo, atuam na negociação de verbas federais. A Folha revelou nesta segunda (21) áudio em que o ministro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Ele diz ainda que isso atende a uma solicitação do presidente Jair Bolsonaro (PL) e menciona pedidos de apoio que seriam direcionados para construção de igrejas.

O assessor especial do gabi-

nete do MEC Odimar Barreto dos Santos teve sua exoneração publicada na sexta (18). O desligamento ocorreu em edição extra do Diário Oficial da União, no mesmo dia em que as primeiras informações sobre a atuação de pastores vieram à tona em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

Odimar Barreto também é pastor, além de major da reserva da Polícia Militar de São Paulo. O agora ex-assessor é uma das pessoas de maior confiança do ministro, também ligado como pastor à Igreja Presbiteriana Jardim de Oração, de Santos, liderada por Milton Ribeiro.

Além de se envolver pessoalmente na interlocução com os pastores, o ministro Milton Ribeiro manteve Odimar Barreto nas negociações. Ele transitava no hotel Grand Bittar, em Brasília, onde os pastores Gilmar e Arilton costumavam participar de encontros com prefeitos interessados em liberações de recursos federais para obras de creches, escolas e compra de materiais.

Os recursos são do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão ligado ao MEC controlado por políticos do centrão. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

Prefeitos e assessores relataram à Folha que Odimar Barreto distribuía cartões com logotipo do MEC com contatos pessoais de telefone e email — ao qual a reportagem teve acesso. Aliados do governo davam como certo que Odimar se candidataria nas eleições.

O MEC não respondeu sobre o motivo da exoneração, sobre a atuação dos pastores e sobre o áudio do ministro. Odimar Barreto foi procurado, mas não se manifestou. PS

## Presidente fala em governo de Deus e sem corrupção

Jair Bolsonaro (PL) fez menções a Deus nesta terça (22) e disse que o governo dele não tem corrupção. O ministro da Casa Civil, Paulo Guedes, afirmou que o governo dele não tem corrupção. O ministro da Casa Civil, Paulo Guedes, afirmou que o governo dele não tem corrupção. O ministro da Casa Civil, Paulo Guedes, afirmou que o governo dele não tem corrupção.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4